

FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE

REGISTRO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 02 DE DEZEMBRO DE 2025

Aos dois de dezembro de 2025, às dezenove horas e onze minutos (19h11), na Sala 326 da Secretaria Municipal de Educação (SMED), situada à Rua Carangola, nº 288, teve início a Sessão Plenária Ordinária do Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FME-BH), com a pauta de Informes, Avaliação da XI Conferência Municipal de Educação e Confraternização. Registraram presença os seguintes membros: Daise A. Palhares Diniz Silva, Galdina de Souza Arrais, José Carlos Padilha Arêas, Shirlei Lopes da Silva, Valentina de Souza Paes Scott e Vera Lúcia Otto Diniz. A Secretária Executiva, Vanessa Márcia da Cunha, também esteve presente. Justificaram a ausência os membros Carolina Pasqualini de Andrade, Cláudia Neves San Miguel, Ivonice Maria da Rocha, Maria Virgínia Moraes Garcia, Paulo Henrique Santos Fonseca, Rui César Resende de Souza, Sara Vitral Rezende, Talita Barcelos Silva Lacerda e Thiago Luiz Ferreira Miranda. A reunião foi iniciada pela Coordenadora Shirlei Lopes da Silva, que justificou o encontro presencial como forma de promover maior aproximação e integração entre os participantes, relatando que havia conhecido alguns membros apenas brevemente em reunião virtual anterior. Shirlei informou que havia poucas demandas até então, mas que uma nova pauta havia chegado ao Fórum no dia 1º de dezembro, encaminhada pela Escola Municipal Polo de Educação Integrada (Escola Municipal Poeint). Ela acrescentou que pretendia realizar uma breve avaliação da conferência antes de retornar às discussões gerais, estimando que a reunião se estenderia até aproximadamente 20h. Na sequência, a coordenadora apresentou o contexto da demanda, relatando que circulavam informações na cidade sobre a situação da Escola Municipal Poeint e da Escola Municipal Paulo Mendes Campos. Explicou que, segundo notas e comunicações oficiais, as escolas teriam recebido de suas respectivas Gerências Regionais um comunicado inicial sobre possível encerramento, sendo a Poeint um dos casos. Informou que, diante dessa comunicação, houve mobilização da comunidade escolar, levando a Prefeitura a apresentar posteriormente uma nova proposta: a mudança de endereço da Escola Municipal Poeint, atualmente no Barreiro, para a região do Bairro Milionários, próxima ao Cristo Redentor. Shirlei registrou que a comunidade realizou assembleias para discutir a situação, incluindo uma na semana anterior com participação de vereadores e representantes de deputados, mas o representante da Prefeitura presente, identificado como Jerry, não apresentou esclarecimentos sobre o caso. Na sequência, Galdina de Souza Arrais ressaltou que, embora a SMED tenha autonomia para regulamentar sua rede, deve consultar o Conselho Municipal de Educação (CME) antes de determinadas decisões, destacando a necessidade de a Secretaria adotar esse hábito para evitar problemas decorrentes da falta de informação. Ela observou que, quando situações chegam à mídia sem que o Conselho tenha sido informado, torna-se difícil preservar a imagem institucional, e afirmou que decisões têm sido tomadas sem consulta ao órgão responsável por normatizar, o que contraria seu papel, acrescentando que soube das informações apenas pela imprensa. Em seguida, José Carlos Padilha Arêas questionou o motivo da situação, e Shirlei realizou a leitura do ofício recebido. Logo depois, Daise A. Palhares Diniz Silva destacou que a principal dificuldade é a falta de diálogo por parte da Secretaria. Ela observou que decisões são tomadas e revertidas sem comunicação prévia, gerando insegurança e confusão. Daise afirmou que quem vive o cotidiano escolar conhece as necessidades e que, se a Secretaria tivesse dialogado previamente, haveria melhores condições de compreensão e apoio. Valentina de Souza Paes Scott complementou, informando que o único indicador apresentado pela gestão é o baixo número de matrículas — reconhecido pela

direção —, mas insuficiente para embasar uma decisão isoladamente. Ela ressaltou que a escola admite fragilidades, mas questiona por que não foi avaliada pela regional e por que a comunidade não foi informada previamente sobre o esvaziamento. Galdina, então, informou que a situação também chegou ao Conselho Estadual de Educação por meio de denúncia anterior. Relatou que procurou defender que a transferência poderia garantir melhor atendimento, buscando reduzir tensões geradas pela repercussão pública. Explicou que, pelas reportagens, a proposta parecia visar ao atendimento da comunidade e que chegou a responder questionamentos de órgãos e imprensa, defendendo que a Secretaria regulamenta sua própria rede e que o CME e o Fórum representam a sociedade civil. Afirmou ter defendido sua confiança de que a Secretária não tomaria decisão prejudicial aos estudantes. Ao comentar o assunto com Valentina, percebeu que esta não tinha conhecimento do caso, levando-a a acreditar que a situação já estivesse resolvida. Ao final das falas, Valentina observou que soube do caso apenas tardiamente. José Carlos destacou que decisões desta natureza não podem ser tomadas sem discussão pedagógica prévia com os envolvidos. Galdina concluiu que, embora o número de estudantes seja reduzido, o problema central não é a proposta de transferência em si, mas a ausência de comunicação adequada com a comunidade e as instâncias competentes. Shirlei relatou que tem evitado participar dos debates recentes por se sentir profundamente afetada pela situação. Ela explicou que acompanha a história do espaço da escola desde 2017, lembrando que o local, originalmente do Estado, foi cedido ao município em 2012 para abrigar escolas do Programa Escola Integrada no contraturno. A área extensa (cerca de 45.000m²) passou a atender dez escolas devido à infraestrutura superior, o que levou à reestruturação que culminou na criação da Escola Municipal Poeint. Shirlei informou que, em 2017, propôs a criação de uma escola de tempo integral, aprovada pela então Secretária de Educação, com o limite máximo de 220 matrículas para não prejudicar as dez escolas já atendidas no PEI. A escola iniciou com o atendimento aos anos finais e teve oscilações na demanda. Shirlei relatou falhas no encaminhamento de matrículas pela rede em 2019. Destacou que a proposta pedagógica da escola, centrada no protagonismo estudantil, enfrentou resistências e gerou boatos infundados, o que exigiu intenso trabalho de diálogo com as famílias. Ressaltou que a escola sempre recebeu acompanhamento técnico qualificado. A coordenadora narrou que, enquanto diretora, atuou firmemente no enfrentamento dos boatos, mas a nova gestão não manteve o mesmo padrão e teve maiores dificuldades, apesar de informar a regional, permanecendo a disseminação de informações equivocadas. Afirmou que, embora se tenha divulgado recentemente que a escola contaria com apenas 15 matrículas, a unidade atende atualmente a 130 estudantes, número menor do que o pactuado, mas insuficiente para justificar medidas extremas. Observou que parte dos problemas decorre do enfraquecimento das estratégias de comunicação e da propagação de versões distorcidas, como a ideia de rejeição da comunidade à proposta pedagógica. Finalizou relatando que, segundo posições inicialmente apresentadas pela regional, tratava-se de um fechamento da escola, mas posteriormente a justificativa passou a ser a mudança de endereço com continuidade da proposta pedagógica, alteração apresentada após forte mobilização comunitária. Valentina esclareceu que, segundo informações atualizadas, a situação deixou de envolver o fechamento e passou a tratar de uma possível mudança de endereço. Contudo, destacou que persiste grande insegurança quanto à manutenção da proposta pedagógica e do modelo de educação em tempo integral, lembrando que a Escola Municipal Poeint é uma das poucas unidades que implementam a educação integral em sua concepção ampla e em tempo integral. Galdina acrescentou que seria importante estabelecer diálogo direto com a Secretária Municipal de Educação, sugerindo que o Fórum atuasse como mediador para articular um encontro e avaliar a possibilidade de a escola

manter sua proposta pedagógica por um período pactuado, permitindo que a comunidade se reorganize. Valentina destacou que o Fórum deve exercer seu papel de interlocução, mas Shirlei não poderá integrar a comissão responsável por ter sido diretora da escola, configurando conflito de interesses, devendo a representação ser feita por membros sem vínculo prévio. Galdina tratou da necessidade de resposta ao ofício recebido pela Escola Municipal Poeint, informando que o Fórum atenderá à solicitação e que será constituída uma comissão com três representantes para interlocução com a SMED e a comunidade escolar. Reforçou que Shirlei não deve integrar o grupo, embora possa contribuir com informações, e sugeriu que a comissão seja composta por membros sem relação direta com a escola, propondo os nomes de José Carlos, Ivonice e Sara. Shirlei explicou que já havia dado uma resposta preliminar à comunidade, afirmando que o procedimento solicitado não é ilegal. Vera Lúcia Otto Diniz contextualizou que, em 25 de novembro, o Fórum de Educação Infantil participou de uma reunião com a Secretária, viabilizada por intermediação do gabinete, já que pedidos anteriores não haviam sido atendidos. Informou que a reunião foi positiva e gerou o encaminhamento de um novo encontro, posteriormente cancelado. Vera destacou a importância de uma demanda de escola chegar ao Fórum, algo inédito, o que reforça a legitimidade da situação. Ela compreendeu a pertinência da atuação conjunta Fórum–Conselho após ouvir o histórico da Poeint. Valentina complementou, esclarecendo que Vera pode integrar os encaminhamentos por ser membro titular do Fórum, mesmo estando presente como suplente. Galdina sugeriu convidar formalmente o Conselho Municipal de Educação para compor a interlocução, formando uma comissão ampliada, e propôs o envio de uma carta reforçando a necessidade de acompanhamento presencial do Conselho. Shirlei reafirmou que não deve integrar a comissão, mas se colocou à disposição para contribuir com informações históricas. Vera, novamente, explicou que o Fórum deveria solicitar formalmente ao Conselho uma articulação conjunta para fortalecer a mediação e garantir transparência, visando assegurar que a comunidade escolar seja ouvida. Ela relatou que, no encontro com Arminda (Subsecretária de Gestão Pedagógica), houve boa disposição ao diálogo, mas identificou falhas significativas na comunicação interna da Secretaria e desalinhamento da gerência regional do Barreiro. Por fim, Shirlei explicou que o espaço físico da Poeint possui uma proposta ampliada, com tempo integral, atividades de dez escolas e ações do Escola Aberta. Também apresentou informações sobre a Poeint, explicando que, como polo educacional, a unidade funciona diariamente, inclusive à noite e aos fins de semana, oferecendo projetos para jovens e adultos (como EJA, cursinhos populares) e ações comunitárias, ocupando um papel estratégico no território. Galdina observou que o ofício recebido foi enviado diretamente pelo diretor da unidade, sem passar pela coordenação regional. Defendeu que a resposta ao ofício destaque a posição formal do Fórum, incluindo a criação da comissão para dialogar com a Secretária e ouvir a escola. Galdina apontou como encaminhamentos centrais a atuação da comissão do Fórum na interlocução com a Secretaria e a participação do Conselho Municipal de Educação. Ela reforçou que o Fórum precisa manter uma visão ampla do conjunto das escolas do polo. Shirlei complementou, esclarecendo que a direção do polo abrange diversas ações comunitárias, e o ofício trata apenas de um ponto específico. Galdina sugeriu avaliar a composição da comissão, consultando previamente o grupo e apresentando minuta dos encaminhamentos para leitura e aprovação. Shirlei alertou que a participação de determinadas pessoas (incluindo ela própria) poderia gerar resistência da Secretária e prejudicar a aproximação necessária, sendo essencial manter uma estratégia de mediação neutra e bem planejada. Valentina, então, afirmou que informações sobre a Escola Municipal Paulo Mendes Campos não haviam chegado de forma regular ao CME. Relatou ter recebido diversas reclamações de famílias do Centro de

Educação Integral – CEI Imaculada Conceição e de outras etapas de ensino, sobretudo envolvendo convivência e conflitos. Em seguida, Valentina contextualizou a trajetória do CEI Imaculada, explicando que a unidade foi concebida como escola de educação integral, mas faltou aprofundar a discussão pedagógica e estrutural. Detalhou que a Escola Municipal Paulo Mendes Campos, com problemas de ruído, teve as janelas lacradas, sendo transferida após a Pandemia de COVID-19 para o quarto andar da SMED, absorvendo estudantes do Morro do Papagaio. Posteriormente, essa composição foi deslocada para o CEI Imaculada, que atendia majoritariamente crianças do centro da cidade. Valentina observou que a equipe gestora tinha experiência com adolescentes, não com educação infantil, tornando a adaptação complexa. Ocorrências passaram a chegar ao CME, indicando conflitos internos e boatos. Daise relatou que soube, apenas durante uma live, que a EMEI Castelo, que dirige, havia sido escolhida como projeto-piloto para acolhimento de crianças com deficiência, sem qualquer comunicação prévia. José Carlos afirmou tratar-se de mais um exemplo de voluntarismo. Galdina observou que faltava suporte estruturado, como assessoria de comunicação, para orientar a Secretária. Shirlei trouxe um aspecto pessoal, explicando estar em remissão oncológica e que as situações complexas têm lhe causado desgaste, o que a faz avaliar o retorno à escola. Valentina respondeu que compreende a sobrecarga, destacando que o trabalho na administração central é mais exigente do que o cotidiano escolar. Vera explicou que, historicamente, a equipe de educação infantil sempre foi fortalecida e reconhecida pela autonomia. Comentou que essa área se viu fragilizada nos últimos anos, e alertou que o modelo de educação infantil de Belo Horizonte é referência nacional. Vera destacou que muitas pessoas adoecem no trabalho e relatou ter desenvolvido sintomas de pânico. Ela criticou o movimento que deseja "alfabetizar" crianças na educação infantil como forma de antecipar resultados do ensino fundamental, o que distorce a finalidade da etapa. José Carlos relatou experiência vivida em escola privada e argumentou que não é possível comparar as redes, pois a lógica do setor privado produz desigualdades. Ele ressaltou que, desde o Brasil Colônia, há uma disputa estrutural em que o setor privado pressiona e drena recursos do poder público. Em seguida, ao passar para o segundo ponto da pauta — Avaliação da XI Conferência Municipal de Educação, Vera avaliou a conferência como pouco democrática, marcada pela falta de rigor e de regulamentação clara. Relatou que procedimentos foram apresentados como decisões prontas e que a apresentação do regimento como já aprovado gerou estranhamento. Para ela, a falta de discussão detalhada dos pontos e a forma de compilação dos documentos das Pré-Conferências prejudicaram o sentimento de pertencimento. Valentina explicou que o texto do regimento foi construído com ampla representação e que, devido ao tempo reduzido, houve necessidade de publicação antecipada. José Carlos reforçou que a comissão elabora a minuta, mas a plenária é soberana. Valentina acrescentou que o maior conflito foi sobre divergências entre os textos das Pré-Conferências e a compilação apresentada, o que exigiu disponibilizar os documentos originais. Vera reiterou que essa forma de sistematização gerou desconforto e que faltou debate ponto a ponto. Galdina sugeriu que o regimento seja publicado previamente em plataforma participativa nas próximas edições. Shirlei apontou fragilidade institucional da gestão pública, destacando a baixa presença de representantes da SMED. Daise apontou que muitos se sentem desmotivados por acharem que decisões já chegam prontas. Shirlei concluiu que os processos políticos dos anos 1990 impactaram profundamente a participação democrática e que a experiência da XI Conferência deve orientar melhorias. Encerrados os debates, a reunião foi finalizada às 21h, sendo esta ata lavrada por Vanessa Márcia da Cunha, Secretária Executiva do Fórum.